



O trio da resistência civil: unidade, planeamento, disciplina

THE TRIFECTA OF CIVIL RESISTANCE: UNITY,
PLANNING, DISCIPLINE

PETER ACKERMAN E HARDY MERRIMAN

opendemocracy.net, November 19, 2010
Translation: JPD Systems, October 2017



TRANSLATOR'S NOTES

Please insert any helpful information about this translation here.

O trio da resistência civil: unidade, planeamento, disciplina

 opendemocracy.net/hardy-merriman/trifecta-of-civil-resistance-unity-planning-discipline

Por Hardy Merriman

Três atributos conseguem fazer a diferença entre sucesso e fracasso em movimentos não-violentos em todo o mundo: unidade, planeamento e disciplina não-violenta.

O que torna eficazes os movimentos não-violentos de resistência civil?

Se aceitarmos o axioma de que na política “o poder nunca é cedido, é sempre tomado”, a conclusão é, necessariamente, que os movimentos históricos não-violentos foram bem-sucedidos porque, de certa forma, exerceram um poder superior ao dos seus adversários.

Esta conclusão entra em conflito com o pressuposto generalizado de que, em última instância, o poder tem origem no controlo de recursos materiais e na capacidade de violência, e abre uma linha directa de questionamento sobre o assunto. Se este pressuposto estivesse totalmente correcto, os movimentos não-violentos fracassariam de forma categórica contra adversários com melhores armas e recursos. Aquilo que a história revela é, no entanto, uma linha cronológica de muitas lutas não-violentas bem-sucedidas, que se estende desde há mais de um século, com protagonistas e causas tão diversas quanto a própria humanidade. Para listar alguns exemplos:

- *Nas décadas de 1930 e 1940, os indianos conseguiram a sua independência envolvendo-se numa não-cooperação maciça (boicotes económicos, boicotes escolares, greves, recusa de pagamento de impostos, desobediência civil, pedidos de demissão) que ameaçou tornar a Índia ingovernável e acabou por convencer os ingleses a saírem;*
- *Durante as décadas de 1950 e 1960, o Movimento dos Direitos Civis nos EUA alcançou igualdade de direitos através de campanhas não-violentas, tais como os boicotes aos autocarros em Montgomery e o movimento de*

ocupação dos balcões de restaurantes de Nashville, que exploraram as fraquezas do sistema institucionalizado de segregação e atraíram apoiantes de todo o país;

- *Entre 1965 e 1970, o sindicato dos Trabalhadores Agrícolas Unidos (“United Farm Workers”), inicialmente uma pequena organização local, praticamente não financiada, tornou-se uma presença nacional através do seu recurso bem-sucedido a greves e boicotes contra as vinhas da Califórnia;*
- *Em 1986, nas Filipinas, activistas juntaram-se a desertores militares para mobilizar milhões a manifestarem-se contra a ditadura de Ferdinand Marcos, apoiada pelos EUA. Com as suas opções a diminuírem rapidamente à luz desta revolta não-violenta, Marcos fugiu do país;*
- *Em 1988, os chilenos ultrapassaram o medo incutido pela brutal ditadura de Augusto Pinochet, fazendo campanha e manifestando-se contra ele. Estas ações tanto minaram o apoio a Pinochet que até os seus companheiros da junta militar deixaram de lhe ser fiéis no auge da crise, e ele foi forçado a abandonar o poder;*
- *Entre 1980 e 1989, os polacos organizaram um sindicato independente, como parte do movimento Solidariedade, e recuperaram o seu país, retirando-o do domínio soviético;*
- *Em 1989, protestos e greves que ficaram conhecidos como a Revolução de Veludo levaram a uma transição pacífica do comunismo na Checoslováquia. Acções semelhantes levaram a transições pacíficas na Alemanha de Leste, e na Letónia, Lituânia e Estónia, em 1991;*
- *Greves, boicotes, desobediência civil e sanções externas, com início na década de 1980, desempenharam um papel fundamental no fim do apartheid na África do Sul, no início da década de 1990;*

- *Na década seguinte, os sérvios (2000), os georgianos (2003) e os ucranianos (2004) puseram fim a regimes autocráticos mobilizando-se para impedir ou deter resultados eleitorais fraudulentos;*
- *Em 2005, os libaneses acabaram com a ocupação do seu país pelas tropas sírias através de enormes manifestações não-violentas;*
- *Em 2006, os nepaleses envolveram-se numa desobediência em massa e forçaram a restauração da lei civil;*
- *Entre 2007 e 2009, no meio de uma insurgência violenta e confrontados com um governante militar, advogados, grupos da sociedade civil e cidadãos comuns paquistaneses conseguiram levar à restauração de um poder judiciário independente e à revogação das leis do estado de emergência.*

Se não houver obediência, quem governa não consegue governar

Estes e outros movimentos de resistência civil foram bem-sucedidos porque se basearam numa percepção fundamental sobre o poder: que, numa sociedade, quase todas as instituições, organizações e sistemas dependem do consentimento, cooperação e obediência constantes de um grande número de pessoas comuns. Assim, se as pessoas, de forma organizada e estratégica, decidirem retirar o seu consentimento e cooperação, podem exercer poder coercivo. Quando as pessoas não obedecem, os presidentes, presidentes de câmara, diretores executivos, generais e outros “detentores do poder” não conseguem continuar a governar com um poder sem controlo.

Táticas não-violentas, como greves, boicotes, grandes manifestações, desobediência civil, criação de instituições paralelas e, literalmente, centenas de outras medidas criativas foram os instrumentos usados para o fazer. Não foram usados necessariamente por razões morais mas pragmáticas. Alguns dos que adoptaram a resistência civil tinham visto estratégias semelhantes funcionar em outros países ou na sua própria história, e reconheceram que este tipo de resistência era o que tinha as melhores perspectivas de sucesso entre as opções disponíveis.

Competências e condições

Entre estas vitórias estimulantes de movimentos não-violentos, porém, a história e o mundo contemporâneo também apresentam exemplos de movimentos fracassados ou inconclusivos. O mundo assistiu às revoluções não-violentas da Polónia e da Checoslováquia no mesmo ano em que viu o massacre da Praça de Tiananmen. Na última década, grandes números de pessoas utilizaram táticas não-violentas na Birmânia, no Zimbabué, no Egito e no Irão, mas os objetivos desses movimentos ainda não foram alcançados. Em Timor-Leste, na luta bem-sucedida pela autodeterminação, a resistência civil foi indispensável, mas apesar de ter ajudado a impulsionar movimentos civis contra ocupantes em outros locais – na Palestina, Papua Ocidental, Saara Ocidental e Tibete – essas lutas continuam por resolver.

O que pode explicar as discrepâncias entre estes e outros casos?

Os factores que fizeram estes e outros movimentos terem sucesso ou fracassarem é um assunto sobre o qual pessoas sensatas e bem informadas podem discordar.^[1] Cada situação é altamente complexa e estabelecer uma causalidade directa não é nada fácil. Os argumentos que ouço com mais frequência a académicos, jornalistas e outros são que as trajetórias e os resultados destes e de outros movimentos predominantemente não-violentos foram em grande medida determinados pelas estruturas, condições e circunstâncias excepcionais em que cada movimento actuou.

Por exemplo, têm sido apresentados argumentos que sustentam que os movimentos não-violentos só são eficazes em sociedades nas quais um opressor não está disposto a usar força letal. Outros podem alegar que certos critérios económicos (por exemplo, ideologia económica, níveis de rendimento, distribuição de riqueza, a presença de uma classe média) e níveis educacionais são cruciais para o sucesso dos movimentos. Outros ainda afirmam que o papel das superpotências e dos poderes hegemónicos regionais suplanta a importância de outras variáveis na determinação do resultado de um movimento. O número de estruturas e condições adicionais que se podem citar – por exemplo, diversidade étnica, história política e cultural, dimensão populacional, área territorial – é grande e, certamente, muitas destas condições podem influenciar o curso de um dado movimento.

Como contraponto aos factores relativos a estruturas e condições, estão os factores baseados nas competências do movimento para travar conflitos, isto é, aquilo a que os académicos chamam “actuação”. As competências e a actuação referem-se às variáveis sobre as quais um movimento tem algum controlo: que estratégia de acção escolhe o movimento; que linguagem utiliza para mobilizar as pessoas e mantê-las envolvidas; como constrói coligações; onde e como atinge o seu adversário; e uma miríade de outras decisões que se referem ao envolvimento na resistência civil.

Na minha opinião, estes factores baseados em competências são muitas vezes significativamente menosprezados ou ignorados por quem contacta com os movimentos não-violentos e os analisa. A razão por que isto acontece está fora do âmbito deste artigo, mas um motivo pode ser o facto de as pessoas duvidarem da ou não conhecerem a premissa na qual a acção não-violenta se baseia – que, através de mudanças no comportamento colectivo, o poder pode ser transferido de adversários inflexíveis e opressivos para movimentos populares. Em vez disso, assumem que deve ter havido variáveis exógenas ou circunstâncias extraordinárias que o possibilitaram nos casos em que ocorreu. No entanto, podemos respeitar o papel de estruturas e condições na influência das trajectórias e resultados dos movimentos não-violentos sem subestimar a importância da actuação e das competências. Na verdade, a actuação e as competências fazem a diferença e, em alguns casos, têm possibilitado aos movimentos ultrapassar, contornar ou transformar condições adversas.

A importância e, algumas vezes, a primazia das capacidades e da actuação são consideradas de conhecimento comum noutras disciplinas como no pensamento empresarial ou militar. Por que razão a luta não-violenta deveria ser diferente nesta matéria? Um general militar ou um director executivo de uma empresa haveriam de rir se lhes dissessem que a estratégia tinha uma importância marginal para o resultado dos seus empreendimentos. O clássico *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu, não seria tão famoso se as pessoas pensassem que o resultado de disputas e interações contenciosas fosse sempre predeterminado por condições materiais.

Para voltar, então, à questão de abertura deste artigo – o que torna os movimentos não-violentos eficazes? – podemos começar a encontrar respostas examinando as escolhas estratégicas e as melhores práticas recolhidas de movimentos históricos. Existe uma variedade de factores baseados na actuação e em competências que pode

influenciar o resultado de um movimento, mas se (para simplificar) os reduzirmos ao essencial, emergem três atributos dos movimentos não-violentos bem-sucedidos: unidade, planeamento e disciplina não-violenta.

Unidade, planeamento e disciplina

À primeira vista, a importância de tais atributos pode parecer óbvia. Contudo, a profundidade destes atributos e as suas implicações globais passam por vezes despercebidas quando se observam os movimentos a um nível predominantemente tático e detalhado. Cada um deles merece ser aprofundado.

A unidade é importante porque os movimentos não-violentos retiram a sua força da participação de pessoas de diferentes sectores da sociedade. Numa palavra: os números importam. Quanto mais pessoas um movimento tem a apoiá-lo, tanto maior é a sua legitimidade, o seu poder e o seu repertório tático. Assim, os movimentos bem-sucedidos chegam continuamente a novos grupos nas suas sociedades, por exemplo, a homens e mulheres; jovens, adultos e idosos; populações urbanas e rurais; minorias; membros de instituições religiosas; camponeses, operários, gente de negócios e profissionais liberais; ricos, classe média e estratos económicos mais baixos; polícias, soldados e membros do poder judiciário, assim como a outros grupos.

Os movimentos bem-sucedidos também chegam continuamente aos apoiantes dos seus adversários, compreendendo que um dos pontos fortes da resistência civil sustentada ao serviço de uma visão unificadora é a capacidade de induzir quebras de lealdade e deserções nas fileiras dos seus adversários. Por exemplo, a permanente agitação cívica do movimento anti-apartheid na África do Sul combinada com o seu apelo à reconciliação nacional foi capaz de angariar um apoio generalizado e criar unidade a favor da causa da mudança, mesmo entre alguns apoiantes brancos que antes tinham apoiado o estado de apartheid.

Os participantes em movimentos não-violentos têm também de tomar decisões complexas quanto ao rumo que os seus movimentos devem tomar. O *planeamento estratégico* assume uma importância central neste processo. Independentemente do mérito da causa de uma pessoa ou dos actos moralmente indefensáveis do seu adversário, a opressão não é geralmente vencida apenas por actos de resistência espontâneos e improvisados, mesmo que esses actos sejam bem executados. Pelo

contrário, os movimentos ganham força quando planeiam o modo como a resistência civil pode ser sistematicamente organizada e adoptada por pessoas na sociedade para alcançar objetivos focados e bem orientados.

Decidir que tácticas utilizar e como elas devem ser sequenciadas; desenvolver propostas de mudança galvanizadoras com base nas aspirações e nas queixas das pessoas que o movimento se propõe representar; planejar que indivíduos e grupos se pretende atingir com essas tácticas e quais os objetivos a perseguir a curto, médio e longo prazos; e estabelecer linhas de comunicação de modo a que se possam negociar e construir coligações são apenas algumas das questões em torno das quais os movimentos não-violentos devem formular estratégias com criatividade. Fazer isto exige uma análise holística da situação na qual a luta não-violenta ocorre. Como parte do processo de planeamento, os movimentos eficazes recolhem informação formal ou informalmente, ouvem as pessoas a nível das bases e analisam-se a si próprios, analisam os seus adversários e terceiros não comprometidos, constantemente ao longo do decurso de um conflito.

Finalmente, uma estratégia só é eficaz se for executada de forma disciplinada. O maior risco de uma falha na disciplina num movimento não-violento é o facto de alguns membros poderem tornar-se violentos. Por isso, a *disciplina não-violenta* – a capacidade de as pessoas permanecerem não violentas, mesmo perante provocações – é com frequência continuamente inculcada nos participantes. Há razões práticas para isto. Incidentes violentos causados por membros de um movimento podem reduzir dramaticamente a sua legitimidade ao dar ao adversário do movimento uma desculpa para usar a repressão. Além disso, um movimento que é consistentemente não-violento tem uma hipótese muito maior de atrair uma ampla gama de potenciais aliados – incluindo mesmo apoiantes do adversário – ao longo do decurso da sua luta. Uma análise completa destes atributos poderia encher livros, e o assunto da resistência não-violenta merece e está constantemente a ser alvo de mais estudos sistemáticos. Cada movimento que surge acrescenta um corpo de conhecimentos ao entendimento coletivo deste fenómeno e, no entanto, ainda existe muito a ser descrito e desenvolvido sobre a arte e a ciência desta forma de acção política e social.

Mas estes três atributos – unidade, planeamento e disciplina – são atemporais e, por isso, proporcionam um quadro geral por meio do qual os membros e apoiantes de

movimentos, bem como aqueles que os relatam e estudam, podem avaliar rapidamente o estado de um movimento. Tem unidade? Tem um plano? Tem disciplina? As acções de quem incorpora estes princípios na acção não-violenta já abriram caminho para um mundo mais pacífico e justo. O futuro será moldado por quem continuar a fazê-lo.

[1] Para os fins deste artigo, defino movimentos “bem-sucedidos” como aqueles que atingem os seus objetivos definidos e movimentos “fracassados” como aqueles que não atingem os seus objetivos definidos. Existe também um elemento temporal nesta definição. Um movimento bem-sucedido pode alcançar um objetivo definido (por exemplo, o Movimento Laranja na Ucrânia, em 2004), mas desafios colocados em anos seguintes a esse movimento podem provocar um retrocesso (para mais informações sobre o caso da Ucrânia, consultar o artigo de 17 de Novembro de 2010 “[The struggle after people power wins](#)”, de Olena Tregub e Oksana Shulyar, em openDemocracy). Por outro lado, um movimento que não consegue atingir o seu objetivo definido (por exemplo, o movimento pró-democracia na China, em 1989) pode criar efeitos colaterais nos anos seguintes que façam progredir de forma construtiva a causa do movimento (para mais informações sobre o caso chinês, consultar o artigo de 17 de Novembro de 2010 “[Repression’s Paradox in China](#)”, de Lester Kurtz, em openDemocracy). Embora não alterem necessariamente a classificação de um movimento específico como “bem-sucedido” ou “fracassado”, estes efeitos subsequentes podem ser poderosos e, assim, são dignos de nota por si próprios.